

Segurança no mar

por Cristina Moço *

**NÃO É POSSÍVEL ELIMINAR
O PERIGO, MAS É POSSÍVEL
DIMINUIR O RISCO**

"(...) a meio da manhã, entrou em Loixões a traineira "Azamor" carregada de sardinha (...) toda a gente - pescadores, negociantes de pescado, compradores das fábricas, industriais de conservas, peixeiras, etc - se acercou delas para saber onde foi pescada tanta sardinha. (...) Então os mestros, alertados, deram ordens às suas companhias para se aviarem com provisões para dois ou três dias e irem para bordo (...). Naquela tarde de 1 de Dezembro, com bom tempo, mar bonançoso e vento sueste, saíram do porto de Loixões para a feina da pesca 103 traineiras. Fizeram-se todas rumo ao sul (...) nada fazia supor que, horas volvidas, se dasoncadearia em todo aquele mar um tremendo e trágico temporal."

(In "Pescadores de Matosinhos",
Belmiro Esteven Galego)

E foi assim que, na madrugada de 2 de Dezembro de 1947, quatro das traineiras que rumaram a sul, para tentar partilhar a sorte da "Azamor", já não voltaram e 150 pescadores perderam a vida na maior tragédia marítima ocorrida no mar do Portugal.

Se fosse hoje, a notícia abriria os telejornais e provavelmente, a Assembleia da República suspenderia por alguns minutos os seus trabalhos, como o fez, nesse tempo, a Assembleia Nacional. A verdade é que a pesca só domina a agenda das preocupações

nacionais quando o drama se abate sobre alguma comunidade costeira, cimentando, no conjunto da sociedade, a imagem de uma actividade perigosa, dura e pouco rentável, que nenhuns pais - incluindo os próprios pescadores - querem para os seus filhos. A representação cultural do sector continua hoje, a repelir estereótipos de pobreza e de ignorância, de homens de pele curtida, vestidos como se vestiam antes do vestirem calças de ganga, do choro de mulheres vestidas de negro, esperando na praia por maridos, pais, filhos e irmãos que não voltam, como se o luto fosse o seu lado e um lado exclusivamente seu.

Portugal, que é mais mar que terra, insiste em olhar para trás quando olha para o mar, no duplo sentido que esta afirmação pode ter. Insistimos em cantar as gestas passadas dos descobrimentos e das campanhas do bacalhau - uma e outra em mares que não o nosso - orgulhosos de termos dominado o mundo, porque éramos grandes navegadores, mas não olhamos para o nosso mar de frente, como o nosso maior recurso. E quando olhamos, só vemos a linha da costa. A pesca pouco pesa na estratégia do cluster do mar português, os portos a serem engolidos por marinas de recreio e as comunidades a serem engolidas pelo turismo de massas.

Partilho da opinião daqueles teimosos que continuam a acreditar que a pesca tem futuro, mesmo enfrentando uma crescente e ameaçadora escassez de recursos marinhos e humanos. E, como a Comissão Europeia já demonstrou que se preocupa muito com

a primeira e pouco com a segunda, preocupo-me com a incapacidade que o sector tem manifestado para regenerar o seu capital humano. A imagem negativa, socialmente desvalorizada, da profissão de pescador não é, para mim, a última das razões para que os jovens, sempre atraídos pela aventura e pelas oportunidades de lazer que o mar lhes oferece, independentemente dos riscos que correm, se sintam tão pouco atraídos pelas actividades profissionais marítimas.

Em 1947, 103 traineiras saíram para sul, tentando repetir a sorte da "Azamor". Hoje também, porque depois de semanas sem poder trabalhar, arriscar continua a ser a forma de garantir o sustento. Mas a pesca de hoje não é a pesca de 1947. As condições de trabalho, segurança, saúde e habitabilidade a bordo não são as mesmas. Os temporais são anunciados pela meteorologia, as embarcações dispõem de meios de segurança, alerta e salvação e em terra há serviços de apoio e de busca e salvamento. Depois do 25 de Abril, os rendimentos dos pescadores aumentaram substancialmente, foram construídas infra-estruturas portuárias de apoio ao sector, armadores e pescadores organizaram-se para melhorar as condições de exploração económica e de vida. Depois da adesão de Portugal à CEE, em 1986, a frota de pesca portuguesa sofreu uma grande renovação, as exigências legais em matéria de segurança aumentaram, a formação profissional foi alargada, através da criação do Forpescas. Por outro lado, instituições internacionais, como a IMO, a OIT e a OMS têm vindo a reforçar os instrumentos de regulamentação da seguran-





ça e saúde a bordo, ao mesmo tempo que se verifica uma grande evolução na diversidade e eficácia dos meios de segurança e salvação criados para o sector marítimo. Muita coisa mudou, mesmo com as enormes dificuldades que o sector atravessa actualmente e que se prendem, em primeira linha, com a valorização do preço do pescado ao produtor. Urge, por isso, começar a construir uma outra representação cultural da pesca, dos pescadores e das comunidades piscatórias, que reflita esta nova realidade e contribua para a sua dignificação e valorização social e para reforçar a identidade cultural, a coesão social e a auto-estima.

Neste ponto, depois de um Inverno particularmente rigoroso e prolongado, que deixou um rasto de 13 naufrágios e 16 mortes, poder-se-á perguntar: "Mudou assim tanto, se o luto continua a vestir as mulheres do negro?"

Certamente que não é possível eliminar os perigos que são inerentes à pesca, mas é possível diminuir os riscos. Apesar de não se registar uma tendência de diminuição no número de acidentes de trabalho (a diminuição registada nas médias das décadas de 80, 90 e 2000 - 56% - corresponde à tendência de diminuição no número de inscrites marítimos), há uma clara diminuição da sua gravidade: menos 83% entre a mortalidade média registada na década 2000-2009 e a mortalidade média na década de 1980; menos 33% no número médio de dias de incapacidade por acidente, no mesmo período. Esta evolução positiva reflectirá, porventura, as melhorias registadas ao nível das condições das embarcações, dos meios disponíveis a bordo, dos apoios criados em terra (criação do CoduMar, intervenção cada vez mais eficaz do serviço SAR) e - factor muito importante - o aumento das competências das tripulações em matéria de saúde e segurança, fruto do trabalho desenvolvido, nomeadamente, pelo ex-Forpescas, pela ex-Escola de Pesca, pela Mútua dos Pescadores e pelo Sindepescas.

Os resultados destas mudanças, reflectidos nas estatísticas, provam que não devemos encarar a elevada sinistralidade na pesca como uma fatalidade.

Mas a verdade é que este Inverno os naufrágios se sucederam, com uma frequência e regularidade assustadoras. Sobreviveram 48 pescadores, que podiam não ter sobrevivido. E perderam a vida 16 pescadores, que podiam não ter morrido. Uma situação que provocou emoções e reacções em todo o país, aumentando a sensibilização - e, espero eu, a consciencialização - de todos os actores para a importância de uma intervenção estratégica, coordenada e inclusiva para a salvaguarda da vida humana no mar. Estão a ser dados passos nesse sentido. Entidades que intervêm nesta área (Marinha, For-Mar, ACT, Mútua dos Pescadores, Sindepescas) definiram planos de emergência ou intensificaram a sua intervenção. E o Governo criou uma Comissão para a Segurança dos Homens do Mar, que é permanente, que integra, não só os organismos públicos com responsabilidade na matéria, como associações representativas do sector, e cujas atribuições se situam a montante e a jusante.

A Comissão definiu como segmento prioritário, a pequena pesca, uma decisão que



mo parece acertada, não só porque 85% da nossa frota é composta por embarcações com menos de 9 metros, como porque este segmento está excluído do âmbito das convenções internacionais e das directivas comunitárias e as suas tripulações dispõem de menos meios de protecção, alerta e socorro.

Mais do metade das mortes na pesca decorrem de naufrágio e, se somarmos a estas as mortes por queda ao mar, o peso das mortes por alogamento / hipotermia aumenta para 2/3. A catástrofe que vivemos entre Dezembro do ano passado e Maio deste ano impacta fortemente neste balanço, fazendo subir para 81% o peso das mortes por alogamento, se juntarmos este período aos primeiros 10 anos do século. Este é um dado fundamental para definir as medidas a tomar. O perigo de morrer afogado é inevitável quando se trabalha no mar, mas o risco de morrer alogado pode ser diminuído. Há que dotar as embarcações de meios de protecção que permitam aumentar a esperança de vida dos pescadores da pequena pesca, em caso de emergência. A primeira medida a tomar a este nível, em meu entender, é a de fixar a obrigatoriedade do uso permanente de um colote insulável, que não impeça os movimentos durante a lãina. A habituação a esta exigência não será mais difícil do que a do uso de cinto de segurança pelos automobilistas. Há já, aliás, um compromisso público do Ministro da tutela de garantir ajudas públicas para aquisição destes meios, no quadro do Eixo 3 do Promar, através de um processo que envolverá as associações representativas da pequena pesca, a Mútua dos Pescadores e outras organizações e organismos regionais ou locais. Haverá, ainda, que estudar os meios de comunicação mais adequados para assegurar o alerta e o socorro em caso de emergência.

Estas medidas situam-se a jusante, quando o acidente já ocorreu. A Comissão Permanente, nas 3 reuniões já realizadas, tomou dado atenção, igualmente, à actuação a montante, ao nível da prevenção, iniciando um trabalho de identificação e análise de riscos. Também a Agência Europeia de Higiene e Segurança no Trabalho está a produzir um Guia para aumentar a segurança na pequena pesca.

A participação das associações representativas do sector no desenvolvimento de todas as acções, que estão e vónham a ser promovidas para a salvaguarda da vida humana no mar, é fundamental. Não é possível decretar mudanças de atitude e de comportamento. Só é possível construir uma cultura de segurança através de um processo de sensibilização e consciencialização dos próprios actores.

* Mútua dos Pescadores
Dir. Serv. de Acção Social e Cooperativa